

**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei nº 14/2023

**AUTORA:** Deputada **PROFESSORA JANAD VALCARI**

**ASSUNTO:** Institui o Dia Estadual de conscientização e combate à Gordofobia no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências.

**RELATOR:** Deputado **MOISEMAR MARINHO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER**

**I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão para exame, de autoria da Deputada PROFESSORA JANAD VALCARI, o Projeto de Lei de 14/2023, que “Institui o Dia Estadual de conscientização e combate à Gordofobia no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”.

Justifica a Autora que a presente proposta tem por finalidade dar visibilidade à discriminação e estigma social enfrentado por pessoas gordas a fim de garantir seu direito à cidade, saúde integral, educação inclusiva e ao trabalho.

A matéria foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para receber parecer sobre sua constitucionalidade, juridicidade e legalidade, nos termos do art. 46, I, “a” combinado com o art. 73, I, do Regimento Interno.

É o relato essencial.

**II – VOTO**

Com efeito, a propositura é de natureza legislativa e, quanto ao poder de iniciativa, o Projeto de Lei não se encontra entre aqueles de iniciativa privativa, indicados no art. 27, § 1º da Constituição do Estado, facultando a qualquer deputado apresentar projetos de leis.

Todavia, ressalta-se que no nosso ordenamento estadual já existe lei que trata sobre o assunto, a Lei nº 3.975, de 20 de julho de 2022, que "Institui o "Dia Estadual de Conscientização e Combate à Gordofobia" no Estado do Tocantins", sendo que a proposta não inova em nada o ordenamento jurídico, ficando, portanto, prejudicada.

Assim, nos termos do artigo 148, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, considera prejudicada a discussão ou votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado ou rejeitado, na mesma Sessão Legislativa, **ou transformado em diploma legal.**

Ante o exposto, e estando a propositura prejudicado em virtude de Lei idêntica ao projeto em comento, **VOTO** pelo **ARQUIVAMENTO** do Projeto de Lei nº 14/2023.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 07 de março de 2023.



Deputado **MOISEMAR MARINHO**

Relator



**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**



**D E S P A C H O**

Aprovado o Parecer do(a) Relator(a)  
Deputado(a) MOISEMAR MARINHO, referente  
ao(a) PL n° 14/2023, na Reunião da Comissão de  
Constituição, Justiça e Redação.

Encaminhe-se(a)(ao) ARQUIVO

Sala das Comissões, 28 de maio de 2023

Deputado **NILTON FRANCO**  
Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação

**MEMBROS EFETIVOS**

Dep. **PROF. JÚNIOR GEO**

Dep. **JORGE FREDERICO**

Dep. **ALDAIR COSTA GIPÃO**

Dep. **CLAUDIA LELIS**

**MEMBROS SUPLENTE**

Dep. **GUTIERRES TORQUATO**

Dep. **MOISEMAR MARINHO**

Dep. **CLEITON CARDOSO**

Dep. **VALDEMAR JÚNIOR**

Dep. **VANDA MONTEIRO**